

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ACTA N.º 4, DE 24/02/2018

No dia 24 de Fevereiro de 2018, reuniu, pelas 14 horas, nas instalações da Junta de Freguesia da Raiva-Pedorido-Paraíso, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), após o trabalho da manhã (ponto prévio que teve o seu início às 10:30 horas) para conhecimento, informação e análise de alguns dos danos provocados pelo incêndio de 15 e 16 de Outubro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do público no debate sobre as consequências da tragédia dos incêndios de 15/16 de outubro de 2017: i) os danos causados; ii) as respostas dadas, iii) as projetadas e iv) o que falta (tem que se) fazer, desde logo e de imediato a nível da Proteção Civil, designadamente no domínio da Prevenção. [Foram convidadas Individualidades do Governo, de Intuições Públicas e de Associações, que intervirão no debate. No final, pausa para café e despedida das Individualidades, que não possam continuar presentes, noutros pontos da OT].
2. a) Apreciação e votação de eventual(ais)proposta(s), recomendação(ões) ou moção(ões) apresentadas porGM's ou Membros da AM, sobre o tema debatido no ponto anterior. b) Outros assuntos gerais de interesse autárquico.
3. Atas das reuniões da AM de 17 de novembroe 27 de dezembro de 2017.
4. Informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município. As atividades da Mesa e comunicações recebidas e expedidas.
5. Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso: a) pagamentos e recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2017; b) compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2017.
6. Relatório Semestral de execução do Plano de Saneamento Financeiro – junho de 2017
7. Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários: alteração do mapa de pessoal.



8. Chefe de Divisão Municipal: abertura de procedimento/designação do Júri de recrutamento.
9. Substituição/Designação de representantes da AM na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.
10. Designação de dois representantes da AM na Comissão de Acompanhamento da Saúde.
11. Designação pela AM de representantes das Freguesias na Comissão Municipal de Defesa da Floresta.
12. Intervenção do público.

Participaram os membros: António Gouveia Coelho, Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira, Manuel António da Rocha Pereira, António Pedro Maldonado Martins de Carvalho, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Maria Alcina Gonçalves Correia, Manuel António Fernandes Mendes, António da Silva Pinto, António Pereira Magalhães, Giselda Martins de Sousa Neves, Paulo Fernando Nogueira Martel da Silva, Angelo Soares Fernandes, Ana Milene da Silva Pinto, José António da Costa Moreira da Rocha, Cláudio Silva da Costa, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre, José Vieira Gonçalves, José Carlos Vieira Tavares, José Correia Teixeira Martins, Maria Manuela de Sousa Moreira, e Marisa Vieira da Cunha Santos.

Presentes também os Presidentes de Junta, eleitos por inerência, a saber: Joaquim Luiz Vieira Martins, José António dos Santos Vilela, António Filipe Moura Fernandes, Vitor Manuel Quintas Pinho, Ricardo Jorge Mendes Cardoso, e Francisco Manuel Fernandes Silva.

Da Câmara Municipal (CM) presentes:

O Presidente, Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, e os Vereadores António dos Santos Rodrigues, Paula de Melo Alves, José Manuel Moreira de Carvalho, José Duarte de Sousa e Rocha, Cláudia Vanessa Silva Rodrigues Pereira, e Mauro Lopes da Silva Mendes.

Faltaram ao ponto prévio agendado para as 10:30 horas, tendo no entanto marcado presença na parte restante da sessão agendada para as 14 horas:
José António da Costa Moreira da Rocha (j); José Vieira Gonçalves;



Manuel António da Rocha Pereira; Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (j); Ricardo Jorge Mendes Cardoso; Maria Alcina Gonçalves Correia; Maria Manuela de Sousa Moreira; Paulo Fernando Nogueira Martel da Silva; António Filipe Moura Fernandes; Francisco Manuel Fernandes Silva; Carla Margarida Nunes de Freitas (j); Marisa Vieira da Cunha Santos (j); Vitor Manuel Quintas Pinho (j); António Pedro Maldonado Martins Carvalho (j).

O Senhor Presidente da União das Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso fez-se representar pelo Senhor Pedro Mendes, membro da Junta.

(j) Apresentaram justificação para a ausência.

O Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 10:30 horas.

Ponto Prévio - Conhecimento, informação e análise de alguns dos danos provocados pelo incêndio de 15 e 16 de Outubro.

O Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 10:30 horas, dando-se início à visita pelos locais afectados pelo incêndio de 15 e 16 de Outubro (ponto prévio inscrito na convocatória), tendo como guia o Sr. Pedro Mendes, representante da “União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso”.

O Sr. Pedro Mendes usou da palavra para dizer que na sequência do incêndio de 15 e 16 de Outubro, pouco restou da área verde no território da “União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso”.

Informou que nos dias seguintes ao incêndio, o primeiro trabalho dos membros da “União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso” foi o de verificar se alguém tinha falecido e efectuar o levantamento das habitações ardidas.

Disse que a somar ao incêndio, deu-se logo de seguida o entupimento de aquedutos e obstrução de estradas e caminhos em consequência das chuvas que caíram em Dezembro.

Informou também que os membros da “União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso”, estão a realizar acções de sensibilização para a obrigatoriedade de se efectuar a limpeza da floresta.



O membro Almiro Moreira usou da palavra para dar nota que a estrada antes do cruzamento para Sabariz está perigosa, especialmente à noite, porque, por um lado, não está marcada, e por outro lado, há uma grande precipício decorrente do corte da madeira que está a ser efectuado no monte, considerando ser importante colocar alguma sinalização no local.

O membro António Magalhães usou da palavra para perguntar se ardeu alguma habitação, currais, no lugar do Paraíso?

O Sr. Pedro Mendes respondeu que arderam 3 habitações e imensos currais. Sobre a intervenção do membro Almiro Moreira, esclareceu que os membros da “União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso” têm sido abordados em relação à colocação de rails, não só no local anteriormente referido, mas também noutros locais, em virtude do corte de madeira que tem sido efectuado pelos proprietários dos terrenos.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para se associar às preocupações manifestadas pelo membro Almiro Moreira na sua intervenção.

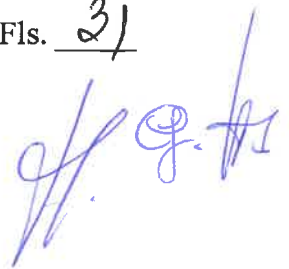
Seguindo a visita em direcção ao monte de S. Domingos, o Sr. Pedro Mendes deu nota da destruição de grande parte da sinalética, placas identificativas das aldeias e caixotes do lixo que, entretanto, já foram substituídos pela Câmara Municipal.

Informou que no lugar de Sabariz, além da floresta ardida, também ardeu uma exploração de mirtilos e uma casa de 1.ª Habitação.

Disse que no lugar de Serradelo a população teve de ser evacuada, tendo ardido uma casa de 1.ª Habitação/oficina que já está a ser recuperada com a ajuda dos habitantes locais.

Chegados ao monte de S. Domingos (Os membros António Silva Pinto e José Correia Teixeira Martins (Grupo Municipal do PS) participaram do ponto prévio da sessão da AM a partir deste ponto), informou que já foram realizadas algumas iniciativas de reflorestação das encostas do monte, que foi totalmente queimado pelo incêndio.

O Sr. Presidente da AM perguntou pela situação de Guirela e Almansor (pessoas e habitações)?



O Sr. Pedro Mendes respondeu que em Guirela arderam anexos e duas casas de 2.^a Habitação, e em Almansor ardeu uma casa de 1.^a Habitação.

O Sr. Presidente da AM perguntou se a floresta pertença das empresas de exploração de madeira também ardeu.

O Sr. Pedro Mendes respondeu que sim.

O Sr. Presidente da AM referiu que aquilo que se dizia de que a gestão dessas florestas era mais racional, não se verificou.

O membro Angelo Fernandes perguntou se as pessoas da “União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso que ficaram desalojadas já estão realojadas”?

O Sr. Pedro Mendes respondeu que essas pessoas estão todas alojadas.

O Sr. Presidente da AM perguntou se as casas dessas pessoas já estão em construção?

O Sr. Pedro Mendes respondeu que não, a não ser a situação que referiu anteriormente em Serradelo.

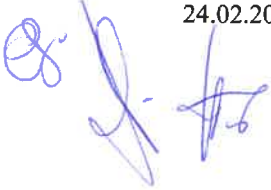
Disse que o incêndio ameaçou destruir a capela de S. Domingos, podendo-se também constatar que toda a área florestal envolvente a Oliveira do Arda, Pedorido e Raiva foi consumida pelo fogo.

Abordou o problema dos penedos de S. Domingos, que tomou novas proporções com o incêndio, referindo ter conhecimento de que vão ser disponibilizados fundos comunitários para a realização de uma intervenção que resolva esse problema.

Deu nota que um dos principais problemas decorrentes do incêndio foi a destruição de parte da rede de água (tubos correm à superfície do solo), o que obrigou a uma enorme trabalho da Câmara Municipal para a reposição do abastecimento à população.

O membro Ângelo Soares perguntou se o problema das comunicações na “União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso” está resolvido?

O Sr. Pedro Mendes respondeu que não está totalmente resolvido. Disse que a informação que tem é a de que as pessoas vão contratando os pacotes da MEO, e que fazendo isso, conseguem ter novamente acesso às comunicações.



O Sr. Presidente da AM perguntou quais são as operadoras de rede móvel que ainda não disponibilizam sinal suficiente para que as pessoas possam telefonar?

Disse que a AM tem de incentivar as operadoras a disponibilizar sinal de qualidade em todo o concelho, ou então, se o não fizerem, a AM tem de fazer campanha para que não sejam adquiridos telemóveis dessas operadoras. Referiu que é necessário fazer um inventário dos locais onde não há rede de telemóvel, e quais as operadoras que não estão a prestar esse serviço.

De seguida a visita seguiu em direcção à fábrica que ardeu na Raiva (OQ).

O Sr. Pedro Mendes explicou que a razão pela qual uma empresa que fica ao lado da que ardeu não ter sido afectada pelo incêndio, teve a ver com o facto de estar equipada com sistemas de protecção contra incêndio.

O Sr. Presidente da AM perguntou se os terrenos em torno das fábricas estavam limpos?

O Sr. Pedro Mendes respondeu que sim.

Informou que todos os trabalhadores da empresa destruída estão a receber formação profissional, e que está previsto que a fábrica retome a sua actividade em Maio ou Junho.

O Sr. Presidente da AM perguntou se no local junto à margem do rio Douro onde estava previsto um projecto turístico o arvoredor ardeu?

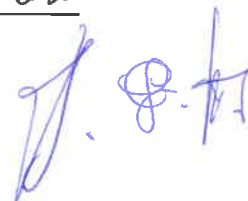
O Sr. Pedro Mendes respondeu que sim.

Informou que houve outras fábricas que arderam, nomeadamente, carpintarias no lugar de Folgoso.

O Sr. Presidente da AM interveio para dizer que o problema dessas carpintarias era de que parte do investimento não tinha sido licenciado, o que causa problemas com a captação de ajudas.

De seguida a visita seguiu em direcção à Vila de Sobrado pela antiga EN 222.

O membro António Magalhães perguntou se a “União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso” tem recebido queixas da população relativas à



libertação de enxofre resultante da combustão das escombreyras das minas do Pejão?

O Sr. Pedro Mendes respondeu que sim. Disse saber que estão a tentar resolver o problema.

O membro Almiro Moreira perguntou se há perigo para a saúde?

O Sr. Pedro Mendes respondeu que há sempre perigo, mas não um perigo muito forte.

O membro Ângelo Fernandes perguntou se as pessoas que habitavam casas que foram destruídas, e das quais não eram proprietários (estavam a ocupar as casas de forma graciosa, porque os proprietários não estão no concelho), têm possibilidade de beneficiar das ajudas à reconstrução?

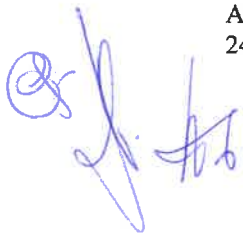
O membro Giselda Neves respondeu que têm de ser os proprietários das casas a requerer as ajudas, e que tem conhecimento de que já o estão a fazer.

O Sr. Presidente da AM interveio para dizer que EN 222 era a estrada centenária para quem queria ir de Castelo de Paiva para o Couto Mineiro do Pejão e vice-versa, ou seja, havia um problema no concelho de comunicação entre os povoados.

Lembrou que quando as minas do Pejão encerraram, havia um estudo feito pelo Sr. Professor Daniel Bessa em que se dizia que em contrapartida por esse encerramento, o futuro do concelho passava pela ida para Lourosa. Disse que numa reunião muito importante realizada na “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte”, defendeu, enquanto representante da AM, que isso era impossível, tendo ficado agendada uma visita ao nosso concelho da qual resultou a decisão da construção da Variante à EN 222-1 (para a qual teve papel fundamental o Eng.º Valente de Oliveira).

Concluiu, referindo que a construção da Variante à EN 222-1 foi uma obra estruturante para o desenvolvimento do concelho.

Eram 12 horas quando o Sr. Presidente da AM deu como concluído o ponto prévio relativo ao conhecimento, informação e análise de alguns dos danos



provocados pelo incêndio de 15 e 16 de Outubro, tendo a sessão sido reatada às 14:15 horas para cumprimento da restante ordem de trabalhos.

Presidiu António Gouveia Coelho, ladeado por Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre e António da Silva Pinto, 1ª e 2º. Secretários, respectivamente.

Presente um pedido de suspensão de mandato apresentado pelo membro Sergio Fernando Pinto Ribeiro Gouveia pelo periodo de 5 meses, nos termos do previsto no artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, que depois de apreciado foi aprovado por unanimidade. De seguida operou-se a respectiva substituição pelo membro Angelo Soares Fernandes, nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 76.º da referida Lei.

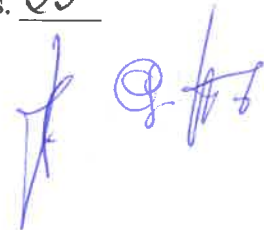
1. – Intervenção do público no debate sobre as consequências da tragédia dos incêndios de 15/16 de outubro de 2017: i) os danos causados; ii) as respostas dadas, iii) as projetadas e iv) o que falta (tem que se) fazer, desde logo e de imediato a nível da Proteção Civil, designadamente no domínio da Prevenção. [Foram convidadas Individualidades do Governo, de Intuições Públicas e de Associações, que intervirão no debate. No final, pausa para café e despedida das Individualidades, que não possam continuar presentes, noutros pontos da OT].

O Sr. Presidente da União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso deu inicio ao debate endereçando uma mensagem de boas vidas a todos os presentes.

De seguida, foi mostrado um vídeo relativo ao incêndio de 15 e 16 de Outubro, acompanhado do devido enquadramento com as explicações prestadas por parte da Eng.ª Sofia Trindade, técnica da Câmara Municipal.

Posteriormente, tiveram a palavra os intervenientes no debate.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para sugerir que o debate abordasse os seguintes tópicos: cultivar a esperança; apoiar quem mais sofreu; reconstruir habitações; manter os postos de trabalho; relançar o desenvol-



vimento; restaurar a floresta com racionalidade; protecção civil e prevenção.

Agradeceu à União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso o facto de ter acolhido esta sessão da AM, tendo de seguida apresentado os convidados que compunham a mesa do debate: Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Dr. Gonçalo Rocha; Sr. Presidente do Conselho Executivo da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, Armando Mourisco; Sr. Comandante da “GNR – Guarda Nacional Republicana” de Castelo de Paiva, Paulo Silva; Sr. Presidente da União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso; representante da “ACI – Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva” e o Eng.º António Strecht Ribeiro.

Referiu que na próxima sessão da Assembleia Intermunicipal vai propor a alteração da designação da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” para “CIM-RTS – Comunidade Intermunicipal do Ribadouro do Tâmega e Sousa” (Ribadouro, palavra com peso histórico e cultural, que abrange Castelo de Paiva, Cinfães, Resende, Marco de Canavezes até Baião) para nos sentirmos mais integrados, porque o nosso concelho precisa de mais atenção por parte de uma comunidade com cerca de 500.000,00 habitantes e com dinheiro proveniente dos fundos comunitários para investir.

O Sr. Presidente do Conselho Executivo da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, Armando Mourisco usou da palavra saudar todos os presentes, e para manifestar o seu apreço pela realização desta sessão da AM, envolvendo todos aqueles que têm responsabilidades na matéria em debate, uma vez que é um problema de todos, que todos têm de resolver.

De seguida, fez um breve enquadramento do que é a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, tendo informado que já foi aprovada uma deliberação no Conselho Intermunicipal a alterar a designação desta comunidade para “CIM-DTS – Comunidade Intermunicipal Douro,

Tâmega e Sousa”, esperando agora que esta proposta seja aprovada na Assembleia Intermunicipal.

Reiterou que todos têm responsabilidades na problemática dos incêndios, e que a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” está preocupada com o que o Governo quer que se faça em três meses, e que não foi feito em quarenta anos (limpeza da floresta).

Apontou as alterações climáticas como uma das situações de potencial perigo na problemática dos incêndios, não podendo ninguém garantir que esta catástrofe não vai voltar a acontecer. Disse que cada um de nós tem de fazer a sua parte, enfrentando um desafio que é de todos nós!

Manifestou a sua preocupação em relação ao pacote legislativo que o Governo lançou recentemente no âmbito da limpeza da floresta, defendendo que os Municípios não têm capacidade técnica e financeira para executar as faixas de gestão de combustível, e que todos, incluindo os privados, têm de se comprometer com a execução destas políticas de protecção da floresta.

Informou que, de momento, a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” pode fazer muito pouco, a não ser o que já tinha feito antes do incêndio: aquisição de equipamento de protecção individual para os Bombeiros Voluntários; a reivindicação junto da protecção civil para candidaturas no âmbito do “POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos” para financiamento de veículos de combate a incêndios.

Informou também que o Governo anunciou a abertura de novas candidaturas para a constituição de 3 “Equipas de Intervenção Permanente” que irão actuar nos 11 municípios da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, estando já definido o respectivo mapeamento em que Castelo de Paiva está incluído. Referiu que também foi elaborada uma candidatura para a constituição de um “Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal”, que depois vai articular as políticas de intervenção com os Gabinetes Florestais municipais.

Concluiu a sua intervenção, reiterando o seu apreço pela realização desta sessão da AM.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que o direito individual à propriedade tem limites no âmbito da função social da propriedade.

O Eng.º António Strecht Ribeiro usou da palavra para dizer que a situação problemática vivida pelo concelho em 15 e 16 de Outubro tem de ser vista como uma oportunidade para mudar. Disse que uma das causas para o que aconteceu foi a quebra da ligação entre a agricultura, a floresta e a pecuária: a floresta fornece mato para as camas dos animais, e forragem para os pomares; a agricultura e a pecuária propiciam a gestão da floresta. Referiu que esta ligação já não existe em Castelo de Paiva, e que o futuro passa por repensar esta situação, voltando a interligar esses 3 elementos.

Recomendou que o concelho seja replantado com floresta “poli-cultural”: sobreiros, castanheiros, loureiros, carvalhos, freixos, amieiros, nogueiras, cerejeiras, etc.

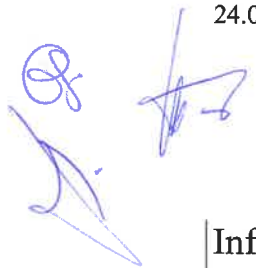
Disse que o preocupa a forma como vão ser geridos os eucaliptos que arderam e que agora vão ser cortados: de cada tronco de eucalipto cortado vão rebentar seis ou sete novos eucaliptos, exigindo um “exército” de mão-de-obra para remover todos esses troncos/raízes de eucaliptos.

Referiu que também o preocupa, no período pós incêndio, a germinação de eucaliptos e austrálias que “gostam” dos incêndios para se reproduzir.

Concluiu a sua intervenção, criticando a nova legislação relativa à limpeza da floresta.

O Sr. Comandante da “GNR – Guarda Nacional Republicana”, usou da palavra para dizer que era importante perceber que o concelho tinha a seguinte realidade florestal: uma floresta desordenada; sucessivas camadas de manta morta; proprietários que só se lembravam da sua floresta na altura de vender a madeira. Disse que agora se chegou a um ponto em que tem de se pensar no que tem de se fazer, ou seja, que os proprietários têm de perceber que têm de reordenar a sua floresta!

Criticou o facto de as bocas-de-incêndio não terem funcionado nos dias 15 e 16 de Outubro.



Informou que a “GNR – Guarda Nacional Republicana” vai ser mais incisiva na vigilância da floresta e na sinalização de sinais de risco, falando com os proprietários ainda antes do dia 15 de Março, e que a partir dessa data terão de entrar no procedimento contra-ordenacional: comunicação à Câmara Municipal e notificação dos proprietários, com a devida punição.

Criticou também o facto de existir apenas um corredor aéreo para o abastecimento de água por parte dos helicópteros, defendendo que têm de se criar postos de abastecimento para estes meios aéreos; trabalhar na operacionalidade das bocas-de-incêndio e reforçar o equipamento para os Bombeiros.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que o concelho deve ser um modelo no cumprimento da Lei, independentemente de a AM anotar os pontos da legislação que não são os mais correctos. Disse que há muita gente motivada para cumprir a Lei, havendo já muitas áreas limpas.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para saudar todos os presentes e para felicitar a União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso por acolher a presente sessão da AM.

Disse que a tragédia que ocorreu era impensável de acontecer, com o incêndio a entrar na área urbana, mas felizmente sem perda de vidas humanas.

Deu nota dos prejuízos contabilizados: 24 empresas afectadas (8 totalmente destruídas); 92 casas de 1.^a habitação afectadas (11 totalmente destruídas) e 55 casas de 2.^a habitação afectadas (15 totalmente destruídas).

Referiu que se tratou de um momento duro que tem exigido o envolvimento da nossa comunidade, tendo-se vivido momentos de grande coesão.

Informou que foram efectuadas diligências junto do Governo, com o apoio directo do Sr. Ministro Pedro Marques, porque o nosso concelho foi o mais afectado da região Norte.

Em relação às empresas destruídas, disse que infelizmente ainda não conseguiram dar apoio a todas elas, apesar do investimento na empresa “QT” que, felizmente, viu esse investimento ser realizado por um investidor, garantindo o emprego a 90 trabalhadores. Referiu que está a acompanhar a situação das restantes empresas, dando nota do apoio que tem sido dado



nesta área pelos técnicos da “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte”.

Informou da criação de um mecanismo de apoio aos prejuízos na agricultura, tendo felicitado os técnicos da Câmara Municipal pelo apoio prestado aos munícipes afectados, apoio esse que se estende à reconstrução das habitações.

Agradeceu o trabalho efectuado pela sua vereação e pelos serviços municipais após os incêndios, ao nível da reposição da rede de água, contentores do lixo, etc.

Deu nota de um aviso aberto no âmbito do programa “SI2E - Sistema de Incentivo ao Empreendedorismo e ao Emprego” com uma dotação de 2.500.000,00, para o apoio à aquisição de maquinaria.

Salientou o muito trabalho diário que tem sido efectuado, referindo que vão colocar toda a energia nas resolução dos problemas e no desenvolvimento de projectos para o futuro.

Dirigiu uma palavra final para o trabalho desenvolvido pelos “Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva”.

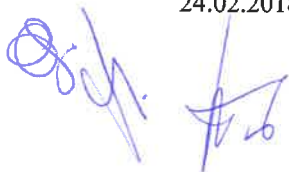
Concluiu a sua intervenção, referindo que quer atingir o nível zero de desemprego em mão-de-obra indiferenciada, e a concretização da conclusão à variante à EN 222-1.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer que o órgão a que preside não deixará de reconhecer o trabalho que tem vindo a ser feito pelos diversos intervenientes.

De seguida, deu a palavra ao publico presente e que previamente se inscreveu para o efeito.

O Sr. Sérgio Caetano, representante da Associação “SOS Rio Paiva”, proferiu a declaração que a seguir se transcreve:

-“ Antes de iniciarmos a discussão sobre a temática dos incêndios florestais que dizimaram o nosso concelho, importa referir que os acontecimentos do passado mês de Outubro se trataram de um fenómeno catastrófico com características e dimensão ímpares. Ou seja, o ordenamento florestal e a prevenção de incêndios são de fulcral importância, contudo as probabilidade-



des mostram que por vezes essa lógica não é suficiente. Os meses de calor que precederam o mês de Outubro, a falta de meios que permitiram o avanço descontrolado do incêndio, a elevada presença de matos e florestas contínuas e mal geridas, a topografia do terreno, as condições climatéricas pautadas por ventos de elevada intensidade, etc., justificaram a quebra dessa lógica natural das coisas.

Do ponto de vista ecológico e, segundo a Associação SOS Rio Paiva, seria importante intervir nas seguintes áreas:

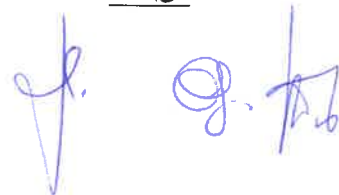
- Restituir a flora (parte vegetal presente nos diversos ecossistemas), com especial atenção para a reflorestação com espécies nativas – é importante ressaltar que replantar é importante, mas imperativo é acompanhar essas árvores para que consigam crescer e retomar a paisagem (como são de crescimento lento, acabam por perder a corrida para matos e vegetação arbustiva ou para outras espécies de crescimento rápido).

- Nesta parte da recolonização dos habitats, deverá ter especial atenção a ocupação por espécies invasoras, especialmente do género Acacia (mimosas). Instalam-se e têm vantagem competitiva. O seu controlo e erradicação à posteriori torna-se impossível.

- Ao nível do solo, a matéria mineral (cinzas) que resultou da combustão da camada de matéria orgânica (camada superior do solo, com folhas, detritos, etc.) será facilmente arrastada (lixiviada) pela água das chuvas. Isto juntando a água das chuvas e o declive do terreno resulta numa perda tremenda de solo. (Basta olhar para a Serra da Boneca, do outro lado do rio, para perceber a falta de capacidade do solo para sustentar vegetação).

- Este escoamento superficial (escorrências) terá impacto a médio/longo prazo nos cursos de água:

- Contaminação por hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (PAHs) e metais provenientes dos incêndios;
- Como a escorrência de água nas encostas é maior, a probabilidade de cheias a jusante também aumenta;
- As cinzas provocam a turvação da coluna de água o que afeta os restantes organismos.



- Os detritos que chegam até aos rios vão colmatar micro-habitats (espaços entre as rochas, raízes, etc.) de elevada importância.

Medidas concretas propostas pela S.O.S. Rio Paiva:

- Os espaços florestais têm de ser geridos de forma ativa e não abandonados e visitados apenas nas alturas de recolha de lucros:

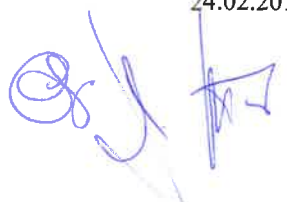
- Criar um registo municipal de proprietários;
- Acompanhar e fazer cumprir a limpeza de terrenos;
- Estreia colaboração com Associação Florestal do Vale do Sousa;
- Com as várias instituições de formação do concelho e com os recursos humanos presentes ao abrigo de estágios, criar uma equipa de acompanhamento e intervenção florestal;

- A plantação intensiva de eucaliptos e pinheiros é um fator de risco devendo ser evitada. A replantação com espécies autóctones como o carvalho, o sobreiro, o castanheiro, etc., é sempre melhor alternativa:

- Criar algum tipo de benefício/isenção municipal para quem cumpra práticas de gestão florestal sustentável;
- Promover ações de conhecimento e sensibilização;
- A floresta não é só árvores e apostar na sua multifuncionalidade é um bom caminho a seguir (diferença entre monocultura de eucaliptos e uma floresta com diferentes espécies de árvores combinada com produção de cogumelos, produção de mel, pastoreio, etc);
- Articulação com a Associação Florestal do Vale do Sousa e com Governo para conseguir projetos e alternativas;
- Marca “Payva” – incentivo aos produtores.

Quem procura Castelo de Paiva pelas suas serras, rios e vales merece contemplar paisagens biodiversas, merece respirar ar puro e merece fazer parte da nossa Natureza que teimam em transformar em dinheiro.

Nós como Associação não-governamental da área de ambiente, queremos contribuir e participar na adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável em parceria com as entidades locais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações em harmonia com a preservação dos recursos naturais que devem ser valorizados e promovidos.



A associação S.O.S. Rio Paiva, aproveita para informar a Assembleia Municipal que, apesar de ter a sua sede em Castelo de Paiva e mais de 600 associados, está instalada em instalações precárias (cedidas por um particular) sem instalações sanitárias, água nem energia elétrica, tendo requerido a cedência de um espaço à Câmara Municipal em 2011, aguardando desde então uma proposta para a resolução deste grave problema.

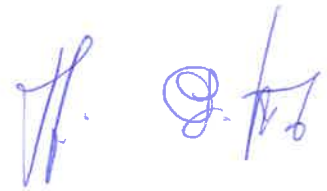
A Associação é composta por pessoas com formação em diversas áreas, como a arquitetura paisagista, biologia, educação ambiental, comunicação, etc., promovendo estágios remunerados, ações de sensibilização, parcerias com as várias autarquias do vale do Paiva, e estando ao dispor para contribuir para o desenvolvimento sustentável do concelho de Castelo de Paiva.”

O Sr. Augusto Moreira, representante da “Associação dos Familiares das Vítimas da Queda da Ponte de Entre-os-Rios”, usou da palavra para dar nota das declarações da Provedora de Justiça a propósito do pagamento dos prejuízos na agricultura, resultantes do incêndio de 15 e 16 de Outubro: ninguém poderia ficar de fora deste processo por desconhecimento da existência de um período para a apresentação de candidaturas. Sustentou que a Câmara Municipal tem de intervir nesta matéria.

Disse que o actual modelo de Protecção Civil não lhe parece ser o melhor, porque quando a instituição que representa ficou cercada pelo incêndio só puderam usar os extintores, devido à inexistência de bocas-de-incêndio e, além disso, a água não tem pressão suficiente. Referiu que o modelo poderá ser melhorado com a criação de um corpo de polícia municipal, em que a Câmara Municipal responderia pelo seu trabalho, corpo este de polícia que conheceria a realidade do Município evitando descoordenações futuras.

O Sr. Luis Costa, representante da “ARPIP- Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pedorido”, usou da palavra para agradecer o reconhecimento do trabalho realizado pelas IPSS no seguimento do incêndio de 15 e 16 de Outubro, na sessão da AM de 27 de Dezembro de 2017.

Disse que Castelo de Paiva continua a arder, referindo-se à combustão das escombreyras das minas do Pejão. Referiu que logo que teve conhecimento que estava a arder carvão junto da instituição que representa, avisou os



“Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva”, a “União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso”, e o proprietário do terreno. Disse que os “Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva” se deslocaram duas vezes ao local, e que na altura a área que estava a arder era de cerca de 3 m², arden- do actualmente a uma profundidade de cerca de 30 metros.

Informou que a instituição que representa continua a “levar” com o cheiro do carvão a arder, e que estão a cair resíduos resultantes da aplicação do produto que está a ser utilizado para extinguir a combustão.

Perguntou quem é que vai pagar os prejuízos à “ARPIP- Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pedorido”, e quem é que vai pagar à empresa que está a trabalhar na extinção da combustão das escombreyras?

O Sr. Daniel Rocha, representante do “Agrupamento de Escuteiros 1258 de Castelo de Paiva”, usou da palavra para manifestar a disponibilidade do agrupamento que representa para colaborar no âmbito do assunto em deba- te.

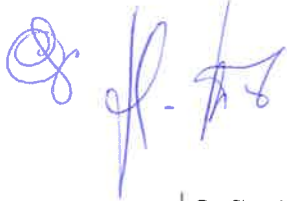
Disse que deixava duas palavras: uma palavra de humildade, em relação à acção humana que tem influência na gestão da floresta; e uma palavra de prevenção, alterando hábitos de vida no próprio desenvolvimento da eco- nomia.

Deu nota da existência de vários movimentos de cidadãos anónimos que manifestaram a intenção de actuar em articulação com as entidades munici- pais, o que demonstra a disponibilidade dos cidadãos para ajudar.

O Sr. Rodrigo Moreira usou da palavra para colocar à Eng.^a Sofia Trindade a seguinte questão: tem um monte de lenha a cerca de 20 metros de sua casa. Tem de o arrumar (não tem onde o fazer)?

O Sr. Manuel Miranda usou da palavra para colocar questão idêntica à colocada pelo Sr. Rodrigo Moreira.

Disse que quem cortar lenha e a armazenar tem de a ter a 50 metros de casa, e assim sendo, a partir de 15 de Março, a “GNR – Guarda Nacional Republicana” não vai ter outra coisa a fazer senão passar multas, apelando à Câmara Municipal e a outras entidades para colocarem este tipo de ques- tões ao Governo.



O Sr. Neca Rodrigues usou da palavra para dizer que não podia deixar em claro as palavras que o Sr. Presidente da AM dirigiu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cinfães na cerimónia de tomada de posse dos órgãos autárquicos: tinha passado uma semana da ocorrência do incêndio de 15 e 16 de Outubro, e as palavras proferidas pelo Sr. Presidente da AM foram descabidas.

Disse que a realização desta AM peca por tardia, e que queria acreditar que o Sr. Presidente da Câmara não esteve à espera dos contributos desta sessão para começar a trabalhar!

Referiu que não ia ser ele a dizer, porque não é conhecedor profundo, tudo aquilo que tem de ser feito, mas que tinha de deixar uma palavra de apreço aos autarcas, à população, à “GNR – Guarda Nacional Republicana”, aos “Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva” e, nestes dias mais chegados, uma palavra de reconhecimento aos anónimos. Disse que muito foi feito, mas que está tudo por fazer: população sem telecomunicações; reconstrução das casas; ainda há pessoas (idosos) que não receberam a visita das entidades; reconstrução das fábricas; limpeza das matas (frente de muita atenção); ordenamento florestal; combustão das escombreyras das minas do Pejão.


O Dr. Júlio Beleza da Costa usou da palavra para dizer que a publicação do D.L. n.º 10/2018, obriga à limpeza e corte das árvores num raio de 50 metros em torno das habitações.

Perguntou como é que se faz em relação ao licenciamento de novas habitações?

Quanto à distância de 10 metros para as vias, disse que se está a passar a culpa dos infractores para os proprietários.

O Sr. Jorge Quintas usou da palavra para dizer que a ocorrência dos incêndios estava quase garantida!

Referiu que há trinta anos, juntamente com outros Paivenses, formou uma Associação que já se preocupava com o crescimento da cultura dos eucaliptos: a floresta não é um conjunto de pinheiros e eucaliptos, é muito mais do que isso, sendo necessário promover o ordenamento da floresta.



Deu o exemplo da zona do Seixo, que por abandono das terras nasceu ali vegetação espontânea, freixos, amieiros, carvalhos, e aquando do incêndio de Arouca, essa área não ardeu.

Disse que há 30 anos foi abordada a problemática dos incêndios numa sessão da AM que se realizou na Quinta do Pinheiro, em concreto, o problema do florescimento do eucalipto, e que só um membro da AM é que concordou com os argumentos dos elementos da Associação anteriormente referida, que a convocou.

Perguntou se seria permitido aos particulares cultivar espécies autóctones em terrenos pertença do Município?

Concluiu, dando nota da necessidade de se proceder à substituição dos sinais queimados pelo incêndio (variante à EN 222-1).

O Sr. Adelino Nunes usou da palavra para dizer que o que retirava de positivo dos incêndios era a salvaguarda do optimismo.

Disse que numa reunião da Câmara Municipal tinha sugerido propor ao Governo que o concelho fosse usado como modelo para a reflorestação do país, não sabendo o que foi feito até à data.

O Sr. Manuel Furtado Mendonça usou da palavra para dizer que pedia clemência para com todas estas Leis!

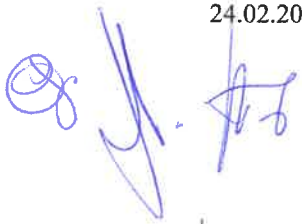
Disse que no seguimento dos incêndios de 2003, houve fundos comunitários para a reflorestação que não chegaram às Associações Florestais, foram desviados.

Perguntou quem é que fez a reflorestação?

Concluiu, referindo que a riqueza do concelho não é produzida pela Câmara Municipal, e que quem a produz tem de se organizar.

A Eng.^a Sofia Trindade usou da palavra para esclarecer que o ter combustível perto das casas (lenha), apenas se aplica a habitações confinantes com áreas florestais, e não a habitações em áreas urbanas.

Em relação à novas habitações, disse que a legislação já contempla a obrigatoriedade do afastamento de 50 metros, e que quanto à faixa de gestão de combustível com um afastamento de 10 metros em relação às estradas, a responsabilidade é de quem tutela as respectivas áreas.



O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que os serviços municipais estão a recolher informação relativa às pessoas que ficaram de fora no âmbito dos prejuízos sofridos na agricultura, para a eventualidade de que possa ser aberta uma segunda fase de candidaturas. Disse que a Câmara Municipal fez bem este trabalho (não tinha de o fazer), no seguimento de uma ampla divulgação deste assunto.

Sobre a combustão das escombreyras, referiu que era verdade que foram informados por instituições e pela população, tendo de seguida comunicado a situação à “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro” e à “Direcção-Geral de Geologia”. Disse que os “Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva” não tinham recursos para efectuar a intervenção e a “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro” vai fazer esse trabalho, e bem, além de uma intervenção a realizar no futuro para a estabilização das escombreyras (intervencções vão ser pagas pelo Fundo Ambiental).

Informou que as indicações dos técnicos são as de que o produto utilizado não traz riscos para a saúde publica, e tem-se mostrado eficaz.

Referiu que os prejuízos que venham a acontecer na “ARPIP – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pedorido”, devem ser comunicados à “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro”.

Quanto à reflorestação, referiu que também é altura da nossa comunidade fazer algo de diferente para evitar os incêndios, incluído obviamente a Câmara Municipal, porque foi um dia horrível para todos nós.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para se referir à intervenção do Sr. Neca Rodrigues. Disse que a AM não organizou esta sessão para recolher dados e para começar a trabalhar.

Referiu que não ofendeu, nem quis ofender o Sr. Presidente da Câmara de Cinfães, disse que se o incêndio passasse para aquele concelho a tragédia seria muito maior.

2. – a) *Apreciação e votação de eventual(ais)proposta(s), recomendação(ões) ou moção(ões) apresentadas por GM’s ou Membros da AM, sobre o tema debatido no ponto anterior. b) Outros assuntos gerais de interesse autárquico.*

O membro Ângelo Soares usou da palavra para dizer que tem de se apostar na prevenção e no cumprimento da Lei.

Disse que gostaria de ter perguntado ao Sr. Armando Mourisco se o Governo apoia a criação de diques e de charcas para aproveitar a água das chuvas, tendo perguntado se a Câmara Municipal tinha algum plano nesse sentido?

Perguntou também que tipo de floresta é que vai ser plantada na zona do carvão?

Concluiu, dando os parabéns à Câmara Municipal pelo trabalho que está a fazer no Couto Mineiro.

O membro Pedro Maldonado usou da palavra para dizer que independentemente do cumprimento da legislação, a desertificação é um problema gravíssimo a ser combatido, tendo dado o exemplo do que actualmente se passa no Alentejo (ainda vão haver sessões da AM para debater o problema da falta de água).

Referindo-se à questão dos meios aéreos, disse que estão parados seis helicópteros pesados ao serviço de Portugal, porque não estão operacionais.

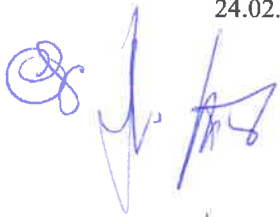
Salientou a importância de se apostar na prevenção, nomeadamente, na educação das crianças de forma a que no futuro estas situações (incêndios) não ocorram com a mesma intensidade.

Defendeu que quando se impõe, e bem, áreas de protecção de 50 metros em redor das habitações, vai-se diminuir em grande medida a nossa floresta, o que considera perverso.

Concluiu, dando os parabéns ao Sr. Presidente da AM pela organização desta sessão.

O membro José Teixeira usou da palavra para dar os parabéns ao executivo municipal pela obra do Choupal, e pela obra relativa aos caminhos pedestres.

O membro Alcina Correia usou da palavra para dizer que é preciso dar educação ambiental às nossas crianças, tendo dado o exemplo do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, em que os responsáveis pelo ensino Pré-Escolar decidiram trabalhar no sentido da sensibilização ambiental.



O membro Rocha Pereira usou da palavra para fazer uma reflexão e auto-crítica em relação à organização e objecto desta sessão da AM. Lamentou a ausência dos “Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva”; e a limitação de tempo imposta aos intervenientes no debate. Disse que deveria ter sido convocada uma sessão extraordinária da AM para este efeito.

Lamentou que não fosse possível trazer alguém do Governo para abordar a questão relativa à limpeza dos terrenos, porque era importante para os proprietários saberem o que podem efectivamente fazer e o que acontece se não o fizerem.

Referiu que a tragédia de Pedrogão Grande ocorreu a 16 de Junho de 2017, e que na sessão ordinária da AM de 29 de Junho realizada em S. Martinho questionou, e questiona agora, se o Município tinha bens materiais e humanos para fazer face a estes acontecimentos?

De seguida, colocou as seguintes questões:

- Se as bocas-de-incêndio já foram reparadas?
- Se os reservatórios de água vão avançar?
- Se em relação à limpeza de terrenos, se a Câmara Municipal vai dar o exemplo?
- Quanto à reposição das telecomunicações, o que é que vai ser feito nessa área?

O membro Paulo Martel usou da palavra para dizer que todas as intervenções que ouviu trataram de questões pertinentes para a vida das pessoas.

Registou a intervenção do Eng.º António Strecht, que referiu que o que ardeu não foi floresta, mas sim, pinheiros e eucaliptos.

Referiu que não se pode aceitar a Lei conforme está, porque é um disparate, questionando se a empresa “Estradas de Portugal” vai ter tempo para fazer a limpeza junto às auto-estradas? E a Câmara Municipal?

Disse que o legislador ainda não percebeu o que é o interior do país, dando o exemplo do PDM – Plano Director Municipal de Castelo de Paiva.

Concluiu, recomendando à mesa da AM para fazer valer os pontos de vista dos membros da AM relativos à problemática dos incêndios.



O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, usou da palavra para criticar o curto período de tempo concedido para as intervenções no debate.

Referiu que a Freguesia de Real também foi muito afectada pelo incêndio de Outubro, tendo solicitado a intervenção da Câmara Municipal nos seguintes domínios: deficiente funcionamento da rede de telecomunicações (a rede de internet é péssima mesmo em condições normais; falta de ponto de fuga dos lugares em caso de incêndio, dando o exemplo do lugar do Seixo que, onde as pessoas só podem fugir pelo meio do monte; pontos de recolha de água, tendo sugerido à Câmara Municipal o aumento da capacidade da barragem do Seixo (não traria custos à Câmara Municipal, porque os terrenos são da sua propriedade), como uma mais-valia para o interior do concelho, e como resposta às alterações climáticas (água poderia ser utilizada para regadio).

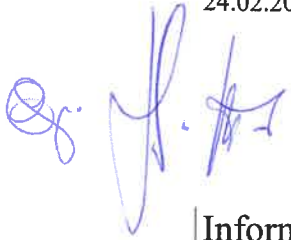
O membro Almiro Moreira usou da palavra para solicitar esclarecimentos sobre a reposição das telecomunicações; reparação das bocas-de-incêndio; limpeza dos terrenos municipais; pessoas que ficaram de fora do pagamento dos prejuízos na agricultura.

Disse que na EM 504, a chegar ao cruzamento para Sabariz, ficaram expostas algumas ravinas após o abate das árvores, o que configura um perigo eminente para quem ali circula, devendo ser feito algo para prevenir acidentes.

Informou que enquanto representante da AM na Assembleia Intermunicipal do Tâmega e Sousa, além de terem tomado posse naquele órgão, também aprovaram o plano previsional, e fez, juntamente com o Sr. Presidente da AM, uma intervenção no sentido de a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” dar atenção ao flagelo dos incêndios que ocorreram em Castelo de Paiva.

O membro Manuel Mendes usou da palavra para salientar o papel social que cada um desempenha, independentemente da sua responsabilidade social.

Salientou também a necessidade de se aprender com os erros que foram cometidos.



Informou que o Grupo Municipal do PS ia apresentar uma moção no âmbito deste ponto, que de seguida entregou à mesa, e que fica anexa à presente acta.

O Sr. Presidente da “União das Freguesias de Sobrado e Bairros” usou da palavra para alertar para o perigo de incêndio na zona ribeirinha de Várzea até Melo, e para a questão das bocas-de-incêndio no lugar de Curvite.

Solicitou o arranjo do piso na estrada da Feitoria a Portela.

Agradeceu à Câmara Municipal o arranjo do espaço onde estão os caixotes do lixo em Curvite.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que todas as intervenções foram pertinentes e serão tidas em boa conta, bem como algumas das necessidades descritas, e que poderão ser enquadradas em fundos comunitários, como por exemplo a construção de pontos de água e de acessos aos lugares.

Disse que a Protecção Civil é hoje uma das áreas com mais responsabilidade, não só pelas precauções que têm de ter, mas também na responsabilidade criminal daqueles que detêm funções nesse âmbito.

Informou que tem condições de resolver o problema dos rochedos de S. Domingos, mediante a abertura de um aviso dotado com cerca de 500.000,00. Disse que o projecto já está a ser desenvolvido, e que espera apresentar a candidatura até ao dia 25 de Abril.

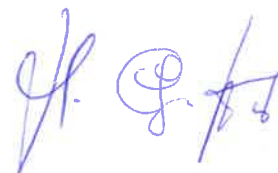
Concluiu, referindo que têm a noção da responsabilidade que têm neste domínio.

Colocada à votação, a AM deliberou por unanimidade aprovar a moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS.

O membro Almiro Moreira proferiu, em nome do Grupo Municipal do PSD, a seguinte declaração de voto:

“ – A moção que agora acabamos de aprovar por unanimidade tinha três pontos. Nós estamos claramente a favor do ponto 2 e 3, apesar de não nos revermos inteiramente no elogio ao apoio que o Governo nos deu”.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para solicitar aos grupos municipais que dessem tópicos para a elaboração de uma comunicação a transmi-



tir aos Paivenses: uma mensagem de esperança e de empenho para a concretização dos objectivos inscritos no cartaz afixado no salão, e que serviu de mote ao debate relativo ao incêndio de 15 e 16 de Outubro.

De seguida, solicitou à Presidente da “CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Castelo de Paiva”, Dra. Andreia Gomes, que explicasse o que é aquela entidade, no âmbito da designação dos representantes da AM junto daquela Comissão que a seguir se iria efectuar.

A Dra. Andreia Gomes explicou que “CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Castelo de Paiva” existe desde 2004.

Informou que a Comissão tramitou 265 processos em 2017, o que tendo em consideração o território do concelho, é um volume preocupante.

Disse que existem muitos problemas de violência doméstica no concelho; um concelho onde é necessário reflectir sobre o futuro das nossas crianças e intervir neste domínio.

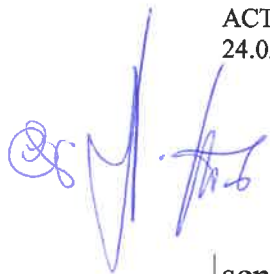
Apelou à participação de todas as pessoas no trabalho da Comissão, e não ver esse órgão como um grupo de trabalho menor.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real interveio novamente para dar nota da necessidade da colocação de rails na estrada nacional entre Sobrado e Real, tendo em conta o abate de árvores que lá ocorreu junto à estrada.

Deu também nota dos acidentes que têm ocorrido na estrada entre a Cascavalhosa e o Pejão, sugerindo a supressão do triângulo existente no desvio junto ao lugar do Gilde, e a construção de uma rotunda.

O membro Rocha Pereira interveio novamente colocar algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara que considera importantes para o Couto Mineiro do Pejão:

- Disse que é sabido que há uma carência de médicos no Couto Mineiro do Pejão: o tempo de espera pelas consultas é longo; o Couto Mineiro do Pejão perdeu a valência de Fisioterapia. Referiu ter conhecimento da dinâmica colocada pelas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa na saúde, tendo registado as declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia que deu conta do trabalho que está a ser desenvolvido no



sentido de no próximo mês de Março serem apresentadas propostas concretas ao Governo para o alargamento do horário de funcionamento dos Centros de Saúde até às 24 horas. Disse que se esta iniciativa for adiante, Arouca, que faz parte da área metropolitana do Porto, vai dispor de atendimento no Centro de Saúde até às 24 horas!

Perguntou, se nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa está a ser feito esse trabalho, o que é que deve ser feito no sentido de também serem prestados iguais serviços de saúde no concelho de Castelo de Paiva, e nos restantes concelhos do país?

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara o que é que foi feito no âmbito da habitação social no Couto Mineiro do Pejão, e qual é o destino que pretende dar aos terrenos que o Município detém para construção nas Meirinhas, Pejão e Póvoa 2?

Disse que espera que a conclusão da Variante à EN 222-1 realmente ocorra em 2019.

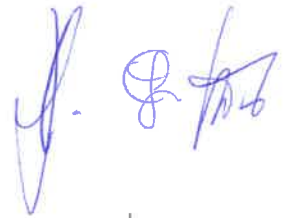
Deu nota do mau estado da estrada que liga ao lugar de Midões.

Em relação aos penedos de S. Domingos, perguntou se a intervenção se vai cingir às questões de segurança, ou se vai abranger toda a encosta daquele lugar?

Manifestou a sua preocupação com o êxodo de população de Castelo de Paiva para terras a sul do concelho.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que todos os dias fala com o Governo sobre a Variante à EN 222-1. Disse que se está a definir o traçado que mais se adequa a Castelo de Paiva, Gondomar e Santa Maria da Feira, informando que ainda este mês se vai realizar uma reunião para a conclusão do traçado.

Quanto à questão da saúde, respondeu que a Vereadora Paula Melo está a acompanhar este assunto em detalhe, nomeadamente, a questão da falta de médicos. Disse que o Município não está dentro da rede de urgências, ao contrário de Arouca, tendo sempre pugnado junto do Sr. Secretário de Estado para que isso suceda.



Sobre as áreas metropolitanas, disse que este assunto será enquadrado no processo de descentralização, e que quer ver como é que este assunto vai ser tratado.

Relativamente à habitação social, respondeu que é um sector em que se tem de investir, face ao fraco poder de resposta que se verifica actualmente.

Em relação aos terrenos das Meirinhas e da Póvoa 2, respondeu que em relação ao segundo existe um obstáculo que se chama “POACL – Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma e Lever”, que é um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento da habitação no Couto Mineiro do Pejão. Disse que em relação às Meirinhas 2, tem de se resolver o problema das acessibilidades, sendo uma prioridade para os próximos tempos.

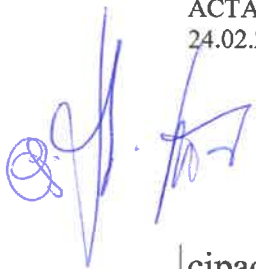
3. *Atas das reuniões da AM de 17 de Novembro e 27 de dezembro de 2017.*

A AM deliberou por unanimidade reagendar este ponto para a próxima sessão ordinária.

4. – *Informação escrita da actividade da CM e da situação financeira do Município. As actividades da Mesa e comunicações recebidas e expedidas.*

Presente o ofício 376, datado de 09/02/2018, emanado do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da CM, entre os dias 8 de Dezembro e 4 de Fevereiro de 2018, bem como uma informação da situação financeira, datada de 08/02/2017, de acordo com o mapa dos encargos assumidos e não pagos, a dívidas referentes a fornecedores é nessa data no valor de 1.204.141,88 euros e do resumo diário de tesouraria, datado de 08/02/2018, no valor de 944.686,96 euros, sendo estes documentos depois de apreciados, arquivados na pasta anexa a esta acta.

O membro Almiro Moreira usou da palavra para dizer que gostava de ter mais informação (a fornecer na próxima sessão da AM) sobre o que se passou no Congresso da “ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses”, nomeadamente, sobre o tema da descentralização administrativa, porque acha que contrariamente ao que disse o Sr. Presidente da Câmara, não devem ficar à espera para ver, têm de ter uma atitude activa e de parti-



cipação nos grupos de trabalho que aquela Associação já constituiu para analisar esta questão da descentralização e, se calhar, sendo este um tema tão importante para o concelho, sugeriu ao Sr. Presidente da AM que se agendasse uma sessão daquele órgão dedicada a este tema.

O Sr. Presidente da AM respondeu que preferia que o ponto fosse agendado numa sessão ordinária da AM, em função do curto orçamento disponível para o agendamento de sessões extraordinárias, mas que se fosse necessário, agendaria uma sessão extraordinária para debater o tema.

5. – *Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso: a) pagamentos e recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2017; b) compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2017.*

Presentes os documentos relativos aos pagamentos e recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2017 e aos compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2017.

A AM tomou conhecimento.

6. – *Relatório Semestral de execução do Plano de Saneamento Financeiro – junho de 2017*

Presente o Relatório Semestral de Execução do Plano de Saneamento Financeiro – junho de 2017, que depois de apreciado ficará arquivado na pasta anexa a esta ata.

A AM apreciou o relatório.

Os membros Pedro Maldonado, Manuela Paiva e Claudio Costa (Grupo Municipal do PSD) ausentaram-se da sessão a partir deste ponto.

7. – *Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários: alteração do mapa de pessoal.*

A Câmara Municipal apresentou a seguinte proposta:

“No âmbito do programa de regularização extraordinária de vínculos precários na Administração Pública aprovado pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e no seguimento do reconhecimento das situações de exercício de funções correspondentes a necessidades permanentes dos Serviços sem o vínculo jurídico adequado, por deliberação da Câmara Municipal de



05/02/2018, torna-se agora necessário adequar o mapa de pessoal nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da referida Lei n.º 112/2017.

Assim, uma vez que os postos de trabalho não ocupados previstos no mapa de pessoal aprovado para o corrente ano, correspondentes a atividades de natureza permanente, são insuficientes deverão os mesmos ser aumentados, na medida do estritamente necessário para corresponder às necessidades permanentes reconhecidas pelo Órgão Executivo, mediante deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta daquele.

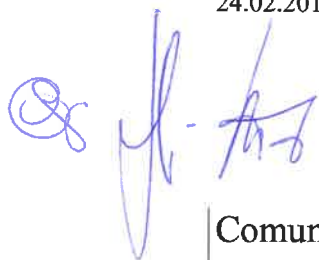
Face ao exposto, de forma a possibilitar a abertura dos correspondentes procedimentos concursais de regularização extraordinária, torna-se necessário criar os seguintes postos de trabalho no mapa de pessoal:

Atribuição/competência/atividade Carreira/categoria Área de formação académica e/ou profissional N.º de postos de trabalho a criar – por tempo indeterminado:

Área funcional de comunicação e design gráfico	Técnico Superior	Ciências da comunicação	1
Área funcional de medidor orçamentista	Assistente Técnico	Medições e orçamentos	1
Área funcional de Relações Públicas e Marketing	Assistente	Técnico	
Comunicação, marketing e relações públicas	1		
Área funcional de assistente operacional generalista	Assistente	Operacional--	1
Área funcional de jardineiro	Assistente Operacional	--	1
Área funcional de mecânico	Assistente Operacional	--	1
Área funcional de Pedreiro	Assistente Operacional	--	2

Complementarmente, torna-se igualmente necessário definir a caracterização dos novos postos de trabalho/áreas funcionais nos termos das disposições conjugadas das alíneas a) e d) do n.º 2 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, apresentando para o efeito a seguinte proposta:

1. Na carreira técnica superior:

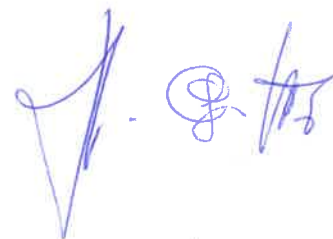


Comunicação e Design Gráfico - Executar a criação gráfica da agenda cultural mensal e do boletim Municipal; Efetuar o tratamento gráfico de conteúdos da página do Município na internet e dos conteúdos a serem colocados nas redes sociais; Elaborar graficamente anúncios para publicação em jornais e revistas; Criação, execução e acompanhamento de todo o processo inerente à produção de materiais gráficos, informativos e promocionais, para as diversas atividades e eventos desenvolvidos no Município ou em espaços municipais, nomeadamente a cobertura de eventos, montagem e edição de reportagens fotográficas e vídeo; Criação e gestão de projetos Web de design corporativo e editorial; Emissão de pareceres técnicos, no domínio do design e da comunicação institucional; Executar de forma eficaz todos os trabalhos propostos superiormente relacionados com a área do design gráfico e comunicação necessários ao funcionamento dos serviços, bem como outras funções não especificadas.

2. Na carreira de Assistente Técnico:

Relações Públicas e Marketing - Investigar e analisar a opinião do público/utentes através de sondagens, estudos e inquéritos; Servir de apoio à comunicação interna e externa da autarquia; Participar em todas as estratégias de marketing e publicidade levadas a cabo pelo Município; Colaborar na organização de conferências bem como na organização e no apoio à realização de eventos e promoção de produtos locais; Participar na organização e divulgação de iniciativas no âmbito do turismo e da cultura local em articulação com o CICL – Centro de Interpretação da Cultura Local e a Turismo do Porto e Norte de Portugal; Manter contacto permanente com todos os órgãos de comunicação social pertinentes para a divulgação de informação e eventos realizados ou apoiados pelo Município;

Medidor Orçamentista - Determinar as qualidades e custos dos materiais e de mão-de-obra necessárias para a execução de uma obra; Analisar as diversas componentes do projeto, as memórias descritivas e os cadernos de encargos; Efetuar medições e determinar as quantidades de materiais, de mão-de-obra e de serviços necessários, utilizando os seus conhecimentos de desenho, dos materiais e dos processos e métodos de execução de obras;



Calcular os valores globais, utilizando, nomeadamente, tabelas de preços; Organizar os orçamentos e indicar os materiais a empregar nas operações a efetuar; Manter as tabelas de preços de materiais e orçamentos atualizados;

3. Na carreira de Assistente Operacional:

Assistente Operacional Generalista—Execução de pequenas tarefas de conservação e reparação das instalações, designadamente reparações simples em janelas, portas, grades, prateleiras, armários e outros bens, substituição de lâmpadas, reparações simples em superfícies interiores e exteriores do edifício, cargas e descargas de materiais e equipamentos, bem como outras tarefas de natureza executiva, de caráter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis.

Em cumprimento das disposições conjugadas do n.º2 do artigo 6.º da Lei n.º112/2017, de 29 de dezembro, e artigo 29.º da LTFP aprovada pela Lei n.º35/2014, de 20 de junho, a alteração do mapa de pessoal e respetiva caracterização compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.”

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para fazer o enquadramento do assunto em debate.

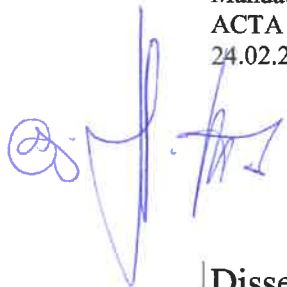
O membro Almiro Moreira usou da palavra para dizer que a informação que lhe foi remetida era escassa para que pudessem tomar uma decisão.

Disse que o executivo municipal não deu nenhuma explicação para a necessidade da ocupação de 21 postos de trabalho; se o processo de regularização, apesar de resultar da Lei, cumpre com o PSF – Plano de Saneamento Financeiro aprovado na AM.

Referiu também que mês e meio após a aprovação do Orçamento da Câmara Municipal para 2018, as necessidades permanentes passaram para 21 funcionários, contrariando o previsto no Plano Anual de Recrutamento.

Concluiu, reiterando que necessitavam de outra fundamentação para que pudessem tomar uma decisão, e desse modo aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

O membro Giselda Neves usou da palavra para dizer que foi incrível a forma como o membro Almiro Moreira deu a volta à questão em debate.



Disse que o processo de regularização extraordinária de vínculos precários não resultou da vontade do executivo municipal, mas de um programa criado pelo Governo para conferir dignidade a postos de trabalho que têm vindo a ser ocupados de forma precária, porque num país evoluído o trabalho tem de ser tratado de forma digna.

Referiu que o processo resulta da limitação imposta pelo anterior Governo relativa à contratação de pessoal, sendo os postos de trabalho ocupados por precários.

Concluiu, referindo que não entendia porque é que não estão previstos postos de trabalho na área da Psicologia, dado que os Agrupamentos de Escolas, a “CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens”, necessitam de técnicos para trabalhar a sério nesta área.

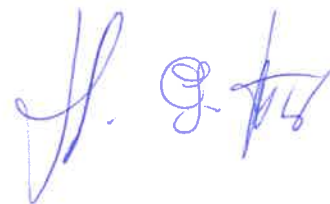
O membro Almiro Moreira interveio novamente para reiterar que o problema tem a ver com a falta de informação necessária para tomar uma decisão e aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

O membro Rocha Pereira usou da palavra para dizer que também achava que a AM deveria ter mais informação relativa ao assunto em debate, nomeadamente: sobre o trabalho que está a ser feito pelos precários; quais os critérios para o preenchimento dos postos de trabalho, (a área do Turismo é uma lacuna dos serviços municipais); se o processo de regularização vai trazer um acréscimo de custos para o Município.

Concluiu, referindo que não se sentia confortável em votar, pois necessitava de mais informação.

O Vereador José Manuel Carvalho interveio novamente para dizer que a deliberação a tomar tinha a ver com a aprovação de um aditamento ao Mapa de Pessoal com os postos de trabalho necessários à efectivação do programa de regularização extraordinária de vínculos precários.

Informou que houve um trabalho prévio realizado pelas chefias e pelo órgão Câmara Municipal, onde foi explanado todo o processo, e onde foi aprovado um dos pontos que a Lei prevê e que foi a definição das necessidades permanentes.



Explicou que em relação à discrepância de números, e o porquê de serem 8, são 8 e, eventualmente, poderia não ser nenhum, porque se o Mapa de Pessoal tivesse número de lugares vagos suficientes para as carreiras que foram definidas, nem sequer era necessário tomar esta deliberação.

Informou também que a proposta aprovada pela Câmara Municipal para a regularização dos vínculos precários contempla o seguinte conjunto de postos de trabalho: 2 Técnicos Superiores; 4 Assistentes Técnicos e 15 Assistentes Operacionais. Disse que desses 21 postos de trabalho, há um conjunto deles que já estão acautelados no Mapa de Pessoal, e há um conjunto de outros (objecto da presente proposta) que não estavam previstos no Mapa de Pessoal e que carecem dessa deliberação.

Deu nota que a confusão que terá sido suscitada entre aquilo que foi a proposta apresentada aquando da aprovação do Orçamento para 2018, em que se aprovou pela primeira vez um Plano Anual de Recrutamento, onde foram elencados um conjunto de necessidades que o executivo em permanência considerava essenciais para o funcionamento do Município, entre as quais o lugar de Técnico Superior de Psicologia (que tem vindo a ser sanada com vínculos precários). Disse que na altura, nos 9 lugares que incluíram no Plano Anual de Recrutamento, apresentaram essa necessidade, e que como consta do documento, fica claro logo na introdução que o documento era apresentado sem prejuízo do processo de regularização de vínculos precários a que se refere o artigo 25.º da Lei n.º 42/2016.

Em suma, disse, o que faz divergir um documento do outro tem a ver com o facto de na altura em que apresentaram o Plano Anual de Recrutamento já existir a Lei n.º 42/2016 para a regularização dos vínculos precários, contudo, não havia a regulamentação específica que saiu posteriormente em que se definiam os critérios em que essa regularização poderia ser efectuada. Disse que a definição desses critérios originou que o posto de trabalho na área de Psicologia não cumprisse com nenhuma das três possibilidades que estavam elencadas na Lei, com muita pena sua, porque continua a ser uma clara necessidade dos serviços.



Referiu também que os 21 lugares que foram criados vão regularizar vínculos precários de duas situações: prestadores de serviços e contratos de emprego inserção (CEI e CEI+), sendo que destes últimos existem 46 pessoas que podem ser opositores a este concurso.

Esclareceu que se está perante um regime excepcional, em que o Governo teve o cuidado de acautelar, nomeadamente, na Lei do OE 2018, ao incluir na redacção do artigo 53.º que o recrutamento de trabalhadores nos Municípios que estejam em situação de saneamento financeiro continua a estar impedido, à excepção do que decorre da aplicação do Plano de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública.

Concluiu, esclarecendo que este processo de regularização tem implicações financeiras para o Município. Disse que parte delas já foram contempladas no Orçamento para 2018, e que o Município já tinha um custo com os vínculos precários que derivava dos contratos de prestações de serviços, e do esforço da Câmara Municipal com os contratos de emprego inserção (componente não financiada e suportada pela Câmara Municipal).

Colocada a proposta à votação a AM deliberou por maioria, com 6 votos contra (5 do Grupo Municipal do PSD, e 1 do CDS/PP), 4 abstenções (3 do Grupo Municipal do PSD - Presidentes das Juntas/Uniãos de Freguesias e 1 independente) e 14 votos a favor (11 do Grupo Municipal do PS, e 3 dos Presidentes das Juntas/Uniãos de Freguesias eleitos pelo PS), aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal.

8. – *Chefe de Divisão Municipal: abertura de procedimento/designação do Júri de recrutamento.*

A Câmara Municipal apresentou a seguinte proposta:

A estrutura orgânica dos Serviços Municipais, publicada na II série do Diário da República n.º104, de 30/05/2011, contempla a Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e do Desenvolvimento, tendo sido previsto o competente posto de trabalho de dirigente intermédio de 2.º grau no mapa de pessoal aprovado para o corrente ano.-----

Atendendo ao grau de responsabilidade e complexidade das funções inerentes à direcção daquela divisão, nomeadamente ao nível do cumprimento das

normas legais e regulamentares em vigor na área financeira, bem como à necessidade de maximizar a eficiência e eficácia dos Serviços ao nível da gestão dos recursos económicos do Município, atendendo ainda à obrigatoriedade da implementação do novo sistema de normalização contabilístico (SNC-AP) já a partir de 01/01/2019, torna-se imprescindível o provimento do respetivo cargo de direção.---

Com a entrada em vigor da Lei n.º49/2012, de 29 de agosto, a designação do júri de recrutamento dos dirigentes passou a ser da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.-----

Artigo 13.º da referida Lei n.º49/2012, de 29/08:

“Artigo 13.º

Composição do júri de recrutamento dos cargos dirigentes

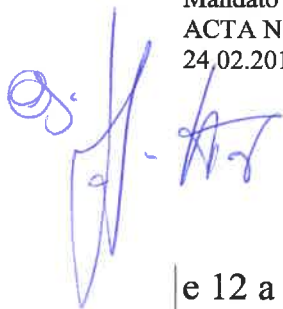
1 — O júri de recrutamento é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, e é composto por um presidente e dois vogais.

2 — O presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal.

3 — Os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica.

4 — Aos membros do júri que não sejam vinculados à Administração Pública é devida remuneração, a fixar pela câmara municipal, cujo montante não pode ser superior ao fixado nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

5 — A pedido da câmara municipal ou do serviço municipalizado interessado, o procedimento concursal é assegurado por entidade pública competente, não integrada nos serviços do município, com dispensa de constituição de júri mas com intervenção da pessoa referida no n.º 2, sendo, nesse caso, aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.os 1, 2, 5, 6, 7



e 12 a 16 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.”

Face ao exposto, tendo em vista proceder à abertura de procedimento concursal para recrutamento de um Chefe de Divisão Municipal (Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e do Desenvolvimento) torna-se necessário acionar os respetivos procedimentos e designar o Júri do recrutamento pelo que proponho para o efeito os seguintes elementos, a quem reconheço mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal: -----

Presidente do Júri:-----

- Dr.ª Manuela Maria Ribeiro da Silva Patrício, Assessora Jurídica, Professora Adjunta Doutorada do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – ISCAP;-----

Vogais Efetivos:-----

- Dr. Vasco André Moreira Pimenta, Chefe da Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Castelo de Paiva;-----

- Dr.ª Cristina Maria Pires de Oliveira, Chefe da Divisão de Gestão Financeira da Câmara Municipal de Lousada;-----

Vogais Suplentes: Dr. Ricardo Leopoldo Carneiro Ferreira Araújo, Diretor do Departamento Financeiro, Económico e Social da Câmara Municipal do Marco de Canaveses;-----

- Dr. Adão Manuel Alves dos Santos, Diretor do Departamento Técnico da Câmara Municipal de Castelo de Paiva. -----

Colocada a proposta à votação a AM deliberou por maioria, com 9 abstenções (Grupo Municipal do PSD) e 15 votos a favor (11 do Grupo Municipal do PS, 3 dos Presidentes das Juntas/Uniãos de Freguesias eleitos pelo PS e 1 independente), aprová-la.

9. – Substituição/Designação de representantes da AM na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

Presente ofício n.º 5055 de 28/12/2017, remetido pela Presidente da CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Castelo de Paiva, a solicitar que de acordo com o previsto na alínea l), do artigo 17.º, da Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro, a AM designasse duas pessoas para integrar

aquela comissão no mandato de 2017-2020, uma vez que das quatro pessoas anteriormente designadas, duas encontram-se em incumprimento: Deolinda Sousa e Tiago Rocha.

A AM deliberou por unanimidade, designar para representantes da AM na CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Castelo de Paiva os membros Maria Alcina Gonçalves Correia, Carla Margarida Nunes de Freitas, Cláudio Silva Costa e Maria de Fátima Laranja Strecht Vasconcelos.

10. Designação de dois representantes da AM na Comissão de Acompanhamento da Saúde.

A AM deliberou por unanimidade, designar para representantes da AM na Comissão de Acompanhamento da Saúde, os membros Maria Alcina Gonçalves Correia e José Vieira Gonçalves.

11. – Designação pela AM de representantes das Freguesias na Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para propor que este ponto fosse reagendado para a próxima sessão ordinária da AM, porque tinha dúvidas que queria esclarecer com entidades externas. Disse que essas dúvidas estão relacionadas com os representantes das Freguesias, porque quem lá está representa as Freguesias, e não a sua Freguesia, e se a AM pode indicar um cidadão que nada tem a ver com a Freguesia.

A AM deliberou por unanimidade reagendar este ponto para a próxima sessão ordinária.

12. Intervenção do público.

Não houve.

A sessão foi encerrada às 19:50 horas, tendo-se aprovado por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no nº.3, do artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

O Presidente,



Mandato 2017/2021
ACTA N.º 4
24.02.2018

A 1ª. Secretária,



O 2º. Secretário,

